

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2025.

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Luciano Cabral**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, para **Registro de Preço**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, regida pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 17/02/2025.

HORÁRIO: 09h (horário de Brasília)

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), na plataforma BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdubrasil.org.br).

2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.

2.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do processo seletivo na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. O presente processo seletivo tem como objeto o Registro de preço para contratação de empresa

especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital.

- 3.2. O valor estimado desta contratação possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.3. O caráter sigiloso do valor estimado para a contratação está fundamentado na Política de Compras da CBDU, com o intuito de propiciar propostas mais econômicas e competitivas no certame. O valor estimado para esta contratação será tornado público apenas e, imediatamente, após o encerramento do envio dos lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

- 4.1. As especificações dos itens encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.
- 4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET e as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

5. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

- 5.1. As informações quanto ao local e prazo de entrega encontram-se previstas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar do presente processo seletivo pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste certame e que atendam a todas às condições estabelecidas neste edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 6.2 A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato, conforme o caso.
- 6.3 Como requisito para a participação neste Pregão, a empresa participante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:

- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos;
- b) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, Art.7º, inciso XXXIII;
- c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e no art. 5º, III, todos da CRFB;
- d) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) a proposta foi elaborada de forma independente; e
- f) o serviço é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.4 Estarão impedidas de participar deste processo seletivo pessoas jurídicas que:

- a) não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) estejam suspensas de participar de processos seletivos de contratação ou contratar com CBDU, suas Sociedades, Associações e Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico a ele filiadas, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
- d) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
- e) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
- f) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- h) empregados da CBDU.

6.5 A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

6.6 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.

6.7 Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste

Edital.

- 6.8 A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.
- 6.9 O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.
- 6.10 A participação no presente processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto deste processo, quanto a prazo de entrega e de validade das propostas e da forma de pagamento.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 7.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar ESCLARECIMENTOS e/ou IMPUGNAR o presente processo seletivo, através da plataforma da BBMNET.
- 7.2. O prazo para impugnação deste Edital é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.
- 7.3. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a CBDU.
- 7.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.
- 7.5. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DO CREDENCIAMENTO

- 8.1 Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
 - 8.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.
 - a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo

qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- c) A CBDU não é unidade cadastral do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

8.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. As empresas participantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, em campo próprio, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, sem identificação, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.2. A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e/ou na Política de Compras da CBDU.

9.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras serão de responsabilidade exclusiva da empresa participante, não cabendo qualquer responsabilidade à CBDU, inclusive pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.

9.4. A apresentação da proposta financeira implicará em plena aceitação, por parte da empresa participante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus

Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

- 9.6. É facultada, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Nos casos de erros formais, vícios sanáveis, é obrigatória a realização da diligência.
- 9.7. Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, por comando do Pregoeiro.
- 10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 10.3. Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando fundamentadamente e com registro no sistema aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.
- 11.3. Será desclassificada a proposta **que identifique a empresa participante antes da fase de lances.**

12. DA FASE COMPETITIVA

- 12.1. Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.
- 12.2. As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.

- 12.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 12.4. Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais, vedada a identificação do detentor do lance
- 12.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas participantes para a oferta dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.7. Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 22, inciso I da Política de Compras da CBDU.
- 12.8. Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço por item**.
- 13.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 13.3. **Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado.** Se o valor da proposta ou do lance final for superior ao valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em valor igual ou inferior ao do estimado. Caso a empresa participante não aceite, será desclassificada e convocada a empresa participante subsequente.

14. DA NEGOCIAÇÃO

- 14.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais

empresas participantes.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

15.1. O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta Financeira adequada ao último lance e a documentação de habilitação exigida no item 16 do Edital. Quando necessários, os documentos complementares à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados poderão ser solicitados pelo Pregoeiro.

15.1.1. A empresa participante deverá encaminhar a documentação por meio da plataforma do sistema eletrônico em arquivo único, no prazo de até 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da documentação.

15.2. A empresa convocada deverá informar ao Pregoeiro, dentro do prazo previsto no subitem 15.1.1, caso enfrente dificuldade em atender à convocação. Neste caso, será concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.

15.2.1. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar e-mail institucional (selecao@cbdubrasil.org.br), caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.

15.2.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional selecao@cbdubrasil.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.

15.3. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 18.11 deste Edital.

15.4. A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:

- a) prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
- b) preços unitário e total do item, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Os valores ofertados não poderão conter dízimas;
- c) declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas incluídas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.

- d) o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta;
 - e) descrição detalhada de todas as características do produto ofertado, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.
 - f) catálogo dos produtos ofertados pela empresa participante, constando modelo, marca e especificações.
- 15.5. Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.
- 15.6. Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.
- 15.7. Caso haja o vencimento da validade da Proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologado, adjudicado e o Contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa participante, na data do vencimento da Proposta Financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.
- 15.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 15.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.11. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.12. Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

- 15.13. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 15.14. Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 15.15. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 15.16. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 15.17. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.
- 15.18. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.
- 15.19. Poderá ser desclassificada a proposta de preços manifestamente inexequíveis.
- 15.19.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados para cada item.
- 15.19.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 15.19.3. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 15.20. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 15.21. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie à parcela ou a

totalidade da remuneração.

- 15.22. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.23. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à empresa participante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 15.24. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a empresa participante para que seja obtido preço melhor.
- 15.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.
- 15.26. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para sua continuidade.
- 15.27. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a empresa vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.
- 15.28. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

16. DA HABILITAÇÃO

- 16.1. Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da proposta;
- b) prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto deste processo seletivo, devidamente registrado no órgão competente; e
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

16.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver,

relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo seletivo;

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e a Municipal do domicílio ou da sede da empresa participante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.1.2.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

16.1.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da CBDU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014;

16.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à CBDU convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o processo seletivo.

16.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) os Balanços e as Demonstrações Contábeis deverão ser assinados por contador ou contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

b.2) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal;

b.3) quando o Balanço Patrimonial apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contador na cópia da publicação

16.1.3.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

16.1.3.2. A comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{I. Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{II. Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{III. Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

16.1.3.3. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação, deverão comprovar, considerando os riscos para a CBDU, Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, no valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total do objeto a ser contratado, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais;

16.1.3.4. As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro, devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

16.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) e/ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa participante já forneceu ou forneceu, a contento, itens compatíveis, em características e quantidades, ao objeto deste processo seletivo.

a.1) para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a fornecimento de, no mínimo, 20% do quantitativo de cada item desta contratação;

a.2) O(s) atestado(s) deverá (ao) conter: a identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas.

16.2. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

16.3. As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

- a) Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VII.
- b) Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VIII.

16.4. A ausência das declarações indicadas no subitem 16.3, não resultará em desclassificação.

16.5. Caso a empresa esteja com algum documento ou informação vencida ou não atualizada, será assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.

16.6. As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.

16.7. Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

16.8. O (A) Pregoeiro(a) se reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.

16.8.1. A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.

16.9. No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstitui-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.

- 16.10. Ensejará a inabilitação da empresa caso não seja possível a confirmação ou sejam insuficientes as informações quanto à regularidade fiscal da empresa participante obtidas através de diligências via internet.
- 16.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 16.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.
- 16.13. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a empresa participante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as empresas participantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da empresa participante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.
- 16.14. É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 16.15. Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.16. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à empresa participante.

17. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

- 17.1. A empresa participante que ofertar o menor preço poderá ser convocada a apresentar amostra dos itens cotados para análise e aprovação da CBDU.
- 17.1.1. A solicitação da amostra, quando a CBDU entender pertinente, dar-se-á com o fim de comprovar que o objeto ofertado pela participante atende às exigências mínimas exigidas, garantindo assim que a aquisição suprirá as necessidades da Confederação.
- 17.2. Deverá ser apresentado 01 (uma) amostra de cada item, devendo o ônus do envio ser de total responsabilidade da empresa participante.
- 17.2.1. Quando solicitado pela empresa, o prazo de apresentação de amostras poderá ser prorrogado uma única vez, desde que devidamente justificado e aceito pela CBDU.
- 17.3. A reprovação das amostras apresentadas não impede a convocação das empresas remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

17.4. A entrega das amostras deverá acontecer na sede da CBDU em Brasília, localizada na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília – DF, CEP.: 70.790-054 ou na forma estabelecida pela Confederação, em até 10 (dez) dias após a solicitação formal.

17.5. Todas as amostras deverão conter etiqueta de identificação com as seguintes informações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ DA EMPRESA:

AMOSTRA DO ITEM: (indicar o número do item conforme Edital)

17.6. A empresa participante que não apresentar as amostras ou não o fizer no prazo estabelecido no item 17.4 será desclassificada, ficando sujeita às penalidades previstas neste Edital, e será procedida a convocação da próxima empresa, seguindo a ordem de classificação.

17.7. A CBDU informará à empresa da aprovação ou reprovação dos itens, em até 7 (sete) dias após o recebimento das amostras, podendo esse prazo sofrer alteração.

17.8. As amostras poderão ser totalmente inutilizadas durante a análise a ser realizada, não cabendo à empresa qualquer cobrança à CBDU.

17.9. A amostra aprovada ficará retida para servir de comparativo do item a ser entregue. As amostras reprovadas deverão ser retiradas pela empresa participante em até 05 (cinco) dias após o recebimento do comunicado de reprovação. Caso não sejam retiradas no prazo, serão descartadas.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

18.1.1. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não entra no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

18.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico.

18.3. As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 18.4. A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.
- 18.5. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 18.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 18.7. Caso não reconsidere sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente para fins de decisão.
- 18.8. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao (a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.
- 18.9. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo seletivo.
- 18.10. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.
- 18.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CBDU, no seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 18.12. Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 19.1. O objeto deste Pregão será adjudicado às vencedoras pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.
- 19.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

- 20.1. Para formação do cadastro de reserva, as empresas classificadas subsequentemente à empresa vencedora serão convocadas, em sessão, para, no prazo e forma estipulado pelo Pregoeiro, manifestar sua intenção de registro adicional de preço.
- 20.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro das empresas que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no processo seletivo.
- 20.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das empresas participantes ou fornecedores registrados na ata.
- 20.4. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação a empresa mais bem classificada.
- 20.5. A habilitação das empresas que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação das empresas remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) quando a empresa vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 20.6. Na hipótese de nenhuma das participantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a CBDU, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- a) convocar as empresas que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas empresas remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 21.1. Homologado o resultado do processo seletivo, a CBDU convocará a empresa vencedora e, se houver, as empresas que manifestarem intenção de registro adicional em formação de cadastro de reserva para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos de sua Minuta (Anexo III), conforme dispõe a Política de Compras da CBDU.
- 21.2. Desde que restem interessados, não haverá inviabilidade ou cancelamento da Ata de Registro de Preços caso qualquer das empresas convocadas não compareça, recuse ou desista de assiná-la. Destaque-se que essa medida não impede a aplicação das punições previstas na legislação

pertinente.

- 21.3. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 21.4. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.
- 21.4.1. Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.
- 21.5. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigado a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, fica assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.
- 21.6. A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida conforme percentual previsto na Política de Compras da CBDU, mediante acordo entre as partes.
- 21.7. A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.
- 21.8. O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 21.9. A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.
- 21.10. A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a empresa vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.
- 21.11. Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.

- 21.12. Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.
- 21.13. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto deste processo seletivo.

22. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário -CBDU, é o Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.
- 22.2. As obrigações relativas ao objeto serão formalizadas por meio de Contrato ou outro documento equivalente e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.
- 22.3. Comprovada a hipótese do subitem anterior, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 22.4. A ata de registro de preços poderá ser objeto de adesão por qualquer federação que não tenha participado do processo seletivo, mediante prévia consulta à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – Gerenciador, desde que nas mesmas condições firmadas com a CBDU.
- 22.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
- 22.6. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por federação, a 100% (cem por cento) dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.
- 22.7. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência do registro de preço.
- 22.8. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste processo seletivo.
- 22.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo à CBDU promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

22.10. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

22.11. O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

23. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

23.2. O Fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado na Ata:

- a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

23.3. Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação do fornecedor;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância da CBDU; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.

23.4. Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

25.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação

financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

25.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.

25.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

25.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

25.6. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

25.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.8. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

26. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. A empresa que atrapalhar o andamento do certame, a exemplo de não responder aos chamados no chat ou não enviar a documentação exigida pelo Pregoeiro, será desclassificada e poderá estar sujeita à advertência, cumulada ou não com multa de até 3% (três por cento) do valor estimado para a presente contratação, a depender da gravidade da conduta da empresa.

26.1.1. No caso de aplicação da penalidade mencionada no subitem anterior, a empresa será notificada para apresentar defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

26.2. A empresa participante que recusar, injustificadamente, em assinar a ata de registro de preço, o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá sujeitar-se às seguintes penalidades:

- a) Perda do direito à contratação;
- b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, quando for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas;
- c) Suspensão do direito de participar dos processos seletivos ou contratar com a CBDU, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

26.3. A empresa perderá o direito de contratar com a CBDU nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo seletivo ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo seletivo; e
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

26.4. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CBDU poderá aplicar à futura Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços; e
- c) Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, quando não mantiver a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

26.5. As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem a licitação, mas somente serão definidas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.

26.6. Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

26.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

26.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

27. DA PROTEÇÃO DE DADOS

27.1. A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

27.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço, do Contrato, independentemente de transcrição.

28.1.1. As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação da empresa participante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de processo seletivo, podendo a CBDU solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.

28.2. A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

28.3. O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e na plataforma da BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.

28.4. Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.

28.5. Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

28.6. A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

- 28.7. A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pelo fornecimento e/ou prestação do serviço nas condições oferecidas.
- 28.8. É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão às empresas participantes, sempre que possível.
- 28.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

29. ANEXOS

29.1. São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Planilha de composição de preços (Modelo de proposta)
Anexo III	Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP/MEI
Anexo IV	Modelo de atestado de capacidade técnica
Anexo V	Ficha de cadastro do fornecedor
Anexo VI	Modelo de declaração de implementação de manual de compliance
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preço
Anexo VIII	Minuta do Contrato

30. DO FORO

- 30.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 06 de fevereiro de 2025.

Luciano Atayde Costa Cabral

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Em arquivo digital à parte deste Edital

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

ANEXO II – MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolvem os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

DADOS DA EMPRESA:

- RAZÃO SOCIAL:
- CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- REPRESENTANTE E CARGO:
- CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- ENDEREÇO e TELEFONE:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VL UNITARIO	VL TOTAL
1	BOLA DE BASQUETE 3X3	BOLA DE BASQUETE 3X3 - SPALDING TF-33 FIBA	UNIDADE	60			
2	BOLA DE BASQUETEBOL FEMININO	BOLA DE BASQUETEBOL PARA COMPETIÇÕES FEMININAS - SPALDING PRECISION TF-1000 TAMANHO 6	UNIDADE	80			
3	BOLA DE BASQUETEBOL MASCULINO	BOLA DE BASQUETEBOL PARA COMPETIÇÕES MASCULINAS - SPALDING PRECISION TF-1000 TAMANHO 7	UNIDADE	80			
4	BOLA DE BEACH SOCCER	BOLA DE BEACH SOCCER - PENALTY SOCCER FUSION IX	UNIDADE	80			
5	BOLA DE BEACH TENNIS	BOLA DE BEACH TENNIS - PENALTY STAGE 2	TUBO	100			
6	BOLA DE FUTSAL	BOLA DE FUTSAL - UHLSPORTS DOMINATE PRO FUTSAL	UNIDADE	150			
7	BOLA DE FUTEBOL 7	BOLA DE FUTEBOL 7 - UHLSPORTS DOMINATE PRO SOCIETY	UNIDADE	120			
8	BOLA DE FUTEBOL	BOLA DE FUTEBOL - UHLSPORTS DOMINATE PRO CAMPO	UNIDADE	120			
9	BOLA DE FUTEVÔLEI	BOLA DE FUTEVÔLEI - MIKASA FT-5 COR BRANCA	UNIDADE	50			



10	BOLA DE FUTMESA	BOLA DE FUTMESA - MIKASA FT-5 COR AMARELA	UNIDADE	40			
11	BOLA DE HANDEBOL FEMININO	BOLA DE HANDEBOL PARA COMPETIÇÕES FEMININAS - KEMPA SPECTRUM SYNERGY PLUS TAMANHO 2	UNIDADE	80			
12	BOLA DE HANDEBOL MASCULINO	BOLA DE HANDEBOL PARA COMPETIÇÕES MASCULINAS - KEMPA SPECTRUM SYNERGY PLUS TAMANHO 3	UNIDADE	80			
13	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA - MIKASA BV550	UNIDADE	150			
14	BOLA DE VOLEIBOL	BOLA DE VOLEIBOL - MIKASA V200W	UNIDADE	120			
15	SACO P/ BOLA	Saco para armazenamento de bolas. Fio: 4mm. Material: Polipropileno. Medidas: 1,20 x 0,80 m	UNIDADE	50			
16	BOMBA DE AR	Bomba de ar confeccionada com acrílico translúcido resistente. Conjunto com duas agulhas e uma mangueira. Bomba dupla ação que infla nos dois sentidos. Tipo: Penalty Big ou Similar	UNIDADE	30			
17	COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL	Aparelho com material ABS, corrente de 10A, potência de 120W, fluxo de pressão de ar de 25l/min. Alimentação através de USB-C e o conteúdo de sua embalagem com a bomba de ar/compressor de ar portátil recarregável, conjunto de bicos e cabo USB para carregamento.	UNIDADE	30			
18	CARRINHO DE TRANSPORTE DE BOLAS	Carrinho de transporte de bolas retrátil com estrutura fabricada em alumínio, com rodinhas que giram 360° e bolsa de nylon. Dimensões aproximadas do cesto montado: 62x62x55cm	UNIDADE	50			
19	BOLA DE TÊNIS	Bola de Tênis Caixa c/ 24 Tubos - Babolat Gold All Court	CAIXA	4			
20	MESA DE FUTMESA	Mesa oficial dobrável para competições de futmesa. Dobrável e com rodinha, facilitando a locomoção. Medidas: aberta: 2,75 x 1,70m fechada: 1,80x1,70m. Personalização à gosto. Base de aço. Pintura eletrostática. Tampão: mdf ultra-premium 15mm. Película de proteção.	UNIDADE	2			
21	PLACA DE SUBSTITUIÇÃO	Placar de substituição de atletas com dois dígitos dupla-face. Contagem de 00 a 99. Face anterior mostra o número em cor verde do jogador que entra em campo. Face posterior	UNIDADE	10			

		mostra o número em cor vermelha do jogador que sai de campo. Materiais: poliestireno e nylon. Espessura: 4cm. Altura: 38cm. Largura: 45cm. Peso aproximado: 1,4kg.					
22	CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO	Cadeira plástica sem braço confeccionada em polipropileno (PVC). Cor: Branca. Peso aproximado: 2,5 kg. Suporta até 120 Kg. Com 04 (quatro) pés. Dimensões aproximadas: 86cm x 39cm 40cm. Pode haver variação de, no máximo, 10% (dez por cento) em todas as medidas acima mencionadas. Seja certificada por entidade reconhecida pelo INMETRO. Garantia mínima de 12 meses. NBR 14776 2013.	UNIDADE	200			
23	MESA PLÁSTICA QUADRADA	Mesa quadrada confeccionada em PVC, cor branca, empilhável, abertura para guarda sol, lavável, com quatro lugares, dimensões 70 x 70 x 72 cm (comprimento x largura x altura). Variação 10%. Seja certificada por entidade reconhecida pelo INMETRO. Garantia mínima de 12 meses.	UNIDADE	50			
24	MESA DOBRÁVEL MALETA	Mesa dobrável maleta de plástico para 6 lugares. Dimensões: 74 x 75 x 180cm. Material do tampo e da estrutura: plástico polipropileno.	UNIDADE	50			
25	CAIXA PLÁSTICA 370 LITROS COM TAMPA	Caixa plástica em polipropileno, com tampa, com rodas, com alça ou puxador, com capacidade de 370 litros, podendo ter a variação de até 2 litros para mais ou menos.	UNIDADE	20			
26	CAIXA TÉRMICA 190 LITROS	Caixa térmica com capacidade para 190 litros. Altura: 61cm. Largura: 89cm. Profundidade: 56cm. Material: estrutura toda em plástico polietileno rotomoldado. Isolamento: pu injetado. Massa: 15kg. Cor: azul ou preto.	UNIDADE	20			
27	CAIXA TÉRMICA C/ RODAS	Caixa térmica com rodas com capacidade aproximada de 50 litros. Alça fixa. Trava para fechamento. Formato retangular. Dimensões aproximadas (axlpx): 54,5x37,5x44,5 cm. Material interno: polipropileno.	UNIDADE	30			
28	TENDA 6x3m SANFONADA	Tenda sanfonada com lona de nylon. Dimensões quando	UNIDADE	30			

		montada: altura: 3,3m; comprimento: 6m; largura: 3m. Composição do material da lona: nylon com 50% de pvc e 50% de poliéster, com reforço nos cantos e sustentação por meio de velcros. Estrutura metálica: fabricada em chapas de ferro, nas espessuras 15x15, 20x20 e 30x30 polegadas, unidas por parafusos em conexões de aço com galvanização de alta resistência. Pés de sustentação tipo telescópico com altura que mede de 1,30 a 2,05m. Cor a definir.					
29	TENDA GAZEBO 3x3m SANFONADA	Tenda gazebo 3x3m com sistema articulado e prático de montar. produto a prova d'água. material do tecido: poliamida (nylon). dimensões aproximadas quando montada: largura: 3m; comprimento: 3m; 4 alturas: 1,75m, 1,83m, 1,91m e 2,00m. massa: 13,5kg. dimensões aproximadas quando desmontada: altura: 0,19m; largura: 0,19m; comprimento: 1,45m. camada protetora com proteção fps e uv. sistema que evita que prenda o dedo ao armar e desarmar. estrutura em aço galvanizado. pintura eletrostática de longa durabilidade. cor a definir.	UNIDADE	40			
30	BUZINA DE AR	Buzina a gás com corneta plástica em aerosol de 215 mL.	UNIDADE	30			
31	CRONÔMETRO DIGITAL DE MESA	Funções: horas e cronômetro. Formato do horário: HH:MM:SS; Relógio: 12/24 horas; Cronômetro Regressivo: 99:59:59 para 00:00:00; Cronômetro Progressivo: 00:00:00 para 99:59:59; Alimentação: 110/220V- Tamanho dos Números: 5 x 3cm. Dimensão: 9, X 32, X 4 Cm- Fácil ajuste. - Fácil Instalação. - Sistema eletrônico de Quartz, não atrasa nem adianta. - Não perde a memória quando acaba a energia. Itens Inclusos: 1 - Relógio Cronômetro 1 - Cabo (1.90 M) 1 - Fonte Bivolt. 1 Controle Remoto	UNIDADE	20			
32	BOLA DE TÊNIS DE MESA	Bola de Tênis de Mesa - Tibhar 3 Estrelas SYNTT NG Branca. Bola específica para	CAIXA	8			

		competição. Cx com 72 unidades.					
33	FITA DE MARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI DE PRAIA	conjunto de fitas de marcação para quadra de vôlei de praia com tamanho 16x8m. largura das fitas: 5cm. material: fitas de polietileno (pe), ilhós de latão e fixadores de ferro galvanizado. contem: 2 fitas de 16m, 2 fitas de 8m e 6 fixadores de ferro galvanizado. cor: azul.	CONJUNTO	15			
34	FITA DE MARCAÇÃO DE QUADRA DE FUTEVOLEI	conjunto de fitas de marcação para quadra de vôlei de praia com tamanho 18x9m. largura das fitas: 5cm. material: fitas de polipropileno (cbr), ilhós de latão e fixadores de ferro galvanizado. contem: 2 fitas de 18m, 2 fitas de 9m e 6 fixadores de ferro galvanizado. cor: azul, laranja ou preta.	CONJUNTO	10			
35	FITA DE MARCAÇÃO DE QUADRA DE BEACH SOCCER	conjunto de fitas de marcação para quadra de beach soccer com tamanho 27x38m. material: fitas de polietileno (pe), ilhós de latão e fixadores de ferro galvanizado. contem: 2 fitas de 27m, 2 fitas de 38m e 10 fixadores de ferro galvanizado. cor: azul ou degradê azul.	CONJUNTO	10			
36	REDE DE FUTEBOL	Rede de futebol profissional - Confeccionada em fio de polipropileno de alta resistência com espessura 4,0mm. Malha 15cm. Tamanho: (LxA) 7,50x2,50m. Lateral Superior: 0,50m. Lateral inferior: 2,00m. Par contendo 2 unidades de rede.	PAR	8			
37	REDE FUTSAL	Rede de Futsal (Par) - Medidas: 3,00 x 2,00 H 0,50 x 1,00m - Fios: 4,0mm - 12 x 12cm - Colmeia Material: Poliéster	PAR	8			
38	REDE DE CESTA DE BASQUETE	Rede para Cesta de Basquete profissional com fio 8mm grosso - Par	PAR	8			
39	ANTENA P/ REDE DE VOLEIBOL	Par de antenas para rede de voleibol. Modelo em peça única conforme padrão internacional. Tamanho: 1,8m x 1cm. Material: fibra de vidro. Par com 2 unidades.	PAR	10			
40	FITA P/ FIXAÇÃO DE ANTENA DE VÔLEI	fita de fixação de antena de vôlei confeccionada em algodão cru e costuras em poliamida. comprimento: 1m. largura: 5cm. regulagem em tiras aderente. par contendo 02 (duas) unidades.	PAR	10			

41	PATCH P/ ATLETISMO	Papel de identificação visual para fixação em uniformes de atletismo. Confeccionado em material resistente a rasgos. Largura: 21 cm. Altura: 15 cm. Pacote com 100 unidades	PACOTE	30			
42	BANDEIROLA FUTEBOL	Bandeirola para marcação de escanteio de campo de futebol. Dimensões oficiais: 1,50 m de altura a partir da junção e 3 cm de diâmetro. Medidas da bandeira em tecido sintético: 44 X 35,5 cm na cor vermelho ou amarelo. Flexível. Fabricada em plástico resistente (SEP). Reclinável / Flexível, com sistema interno de molas revestido de borracha. Conjunto contendo 04 bandeirolas.	CONJUNTO	15			
43	PROTETOR POSTE DE VÔLEI	Par de protetor de espuma para postes de voleibol. Projetado para postes com diâmetro de 80 a 115 mm. Dimensão: 2 m de altura. Material: Lona emborrachada e espuma de alta densidade, com amarrações feitas por ilhós.	PAR	10			
44	PLACAR DE MESA	Placar de mesa com sistema articulado, PVC Rígido, marcação de 7 sets até 31 pontos.	UNIDADE	50			
45	RÉGUA DE VÔLEI	Régua de medição de alumínio - medição de altura para voleibol - altura 2,55m e diâmetro de 20mm	UNIDADE	8			
46	PROTETOR CADEIRA DE ÁRBITRO DE VÔLEI	Protetor de cadeira de árbitro de vôlei. Dimensões oficiais. Fabricado em espuma de alta densidade. Costura reforçada. Fechamento em velcro.	UNIDADE	10			
47	RELÓGIO DE XADREZ DIGITAL	Relógio De Xadrez Digital, com função buzzer opcional (emissão de som ao terminar o tempo), capacidade de utilização de diferentes controles de tempo com 36 opções pré-programadas, LCD com recurso de correção de contraste. Incluso pilhas e manual de usuário. Estilo DGT	UNIDADE	15			
48	CORDA P/ AMARRAÇÃO DE REDE	Meada de corda 100% polipropileno. Meada com bitola de 08mm. Metragem de 15m.	UNIDADE	100			
49	PLACA P/ TATAME EM EVA	Placas para tatame em eva (etil vinil acetato) de encaixe nas medidas de 100cm x100cm x 40mm, multicolorido, antiderrapante, com película texturizada e siliconada e	UNIDADE	250			

		bordas de acabamento.					
50	PLACAR ELETRÔNICO COM CONTROLE	Placar esportivo de quadra c/ controle. Visor: 8 dígitos de 6,35cm e 2 dígitos de 5,08cm com total de 271 leds smd. Dimensões: 42x25x4cm. Massa: 800g. Visualização: até 25m. Consumo: 12w, com fonte bivolt automática. Acessórios wireless: alcance de até 25m em locais fechados e até 60m ao ar livre. Instalação: por suspensão. Funções: cronômetro, relógio (hora, data e temperatura) e placar com pontos e set/falta. Garantia de 12meses. Utilização: locais internos, sem chuva e/ou sol forte, entre -9°C e 60°C. Conjunto é composto por: 1 painel, 1 controle wi com bateria inclusa, 1 controle com fio, 1 serene externa, 1 fonte bivolt e 1 manual em português. Tipo: gptronics ledtime sports x3 ou similar.	UNIDADE	15			
51	REDE DE BEACH TENNIS (PERSONALIZADO)	Rede de beach tennis profissional personalizado - Confeccionado em fio polietileno trançado com espessura de 2mm, malha 5x5 cm com tratamento anti-UV. 04 faixas de lonas de toldo impermeável e ilhós em latão com tecnologia anti desbotamento. Sistema de cordas de 0,10mm em toda sua extensão. Acompanha: extensores e argolas, complemento de cabo de aço nas extremidades. Medidas 8,20 x 1,00 m.	UNIDADE	20			
52	OMBRELONE	Ombrelone articulado de 240cm em alumínio e manivela, tecido em poliéster, com proteção de 35 fps. Diâmetro da haste de 38mm, altura de 2,19m, altura de 2,40m.	UNIDADE	50			
53	RELÓGIO ELETRÔNICO GRANDE	relógio eletrônico grande. visor: 4 dígitos de 6" (276 leds smd). dimensões aproximadas: 58 x 25 x 3,5 cm. peso aproximado: 1080 g. visualização: até 100 metros. consumo: 12 w (fonte bi- volt automático). alcance do controle wi: até 80 m (livre de barreiras). instalação: por suspensão. memória para até 10 controles funcionando	UNIDADE	5			

		simultaneamente. diferentes sons configuráveis. volume dos sons ajustável. saída para painel escravo. saída para sirene externa (necessário módulo de sirene). entrada externa para start, pause e stop no cronômetro. entrada para sensor externo de temperatura. função standby by. possui bateria interna de backup que mantém todas as configurações e hora corretos quando houver falta de energia. conjunto contendo: painel eletrônico ledtime 60 visor 6" 58x25 cm. fonte de alimentação bivolt 110 / 220. kit de fixação c/ parafusos e buchas. controle sem fio com pilha. manual em português.					
54	CRONÔMETRO DIGITAL PROGRESSIVO	cronômetro digital progressivo de 2 dígitos. modelo 2 tempos ajustáveis que correm ciclicamente um após o outro. sinal sonoro ao final da contagem. contagem de 00 a 99, configurável em segundos, minutos ou horas. largura: 20cm. altura: 14,5cm. profundidade: 6,5cm. alimentação: bivolt (110/220v). visibilidade: 40m. botão de ajustes remoto sem fio.	UNIDADE	12			
55	GERADOR DE ENERGIA A GASOLINA	gerador a gasolina refrigerado a ar com avr e horímetro digital. motor com 459 cilindradas. sistemas de partida manual e elétrica. potência máxima de 9 kva. potência nominal (contínua) de 8 kva. tensão de saída: 230 v / 115 v monofásico. tanque de combustível para até 25 litros. capacidade de óleo: 1.1 litro. rotação máxima de 3.600 rpm. frequência: 60 hz. saída auxiliar: 12vdc 8a. peso aproximado: 95 kg.	UNIDADE	3			
56	CARPETE EM ROLO	Rolo de carpete em nylon para tráfego comercial pesado. Material: 100% nylon. Largura: 2m. Comprimento: 50m. Espessura: 4 a 5mm. Cor: Preta ou azul marinho.	UNIDADE	10			
57	CONE DE TREINAMENTO DE AGILIDADE	Cone de treinamento de agilidade fabricado em sua totalidade em PVC. Tamanho até 23 cm e base de 14x14 cm.	UNIDADE	100			
58	DISCO/PRATO DE	Disco/prato de treinamento em	UNIDADE	100			

	TREINAMENTO	material de PVC com 4 cm de altura e 19 cm de diâmetro.					
59	REDE DE VOLEIBOL	Rede de Vôlei profissional - Confeccionada em fio polipropileno trançado com espessura de 2mm PP malha: 10 x 10 cm. - 02 Lonas PVC 02 Lonas PVC sendo a lona superior com 0,7 m e a inferior com 0,06m ambas com protetor de PVC nas extremidades, reforçadas com sistema de cordas 6mm PP em suas laterais. Acompanha cordas laterais c/ argolas e cabo de aço 13m galvanizado para instalação.	UNIDADE	8			
60	REDE DE VÔLEI DE PRAIA	Rede de vôlei de praias profissional - Confeccionado em fio polietileno trançado com espessura de 4mm, malha 0,10 x 0,10 m com tratamento anti-UV. 04 faixas de lonas de toldo impermeável, com tecnologia anti desbotamento. Sistema de cordas de 0,10mm em toda sua extensão. Acompanha: extensores e argolas, complemento de cabo de aço nas extremidades. Medidas 8,50 x 1,00 m.	UNIDADE	15			
61	ANTENA P/ REDE DE VOLEIBOL COM REGULAGEM	Par de antenas para rede de voleibol com sistema de regulagem e ajuste para encaixe. Modelo em peça única conforme padrão internacional. Tamanho: 1,8m x 1cm. Comprimento desmontada: 1m. Material: fibra de vidro, liga de níquel. Par com 2 unidades.	PAR	10			
62	POSTE ADAPTADO 3X1	Par de postes 3x1 para vôlei, futevôlei e Beach tennis com regulagens de altura em tubo de aço carbono e bucha PVC. Altura total de 3 metros.	UNIDADE	10			
63	CADEIRA PARA ÁRBITRO DE VÔLEI DE PRAIA	Cadeira para árbitro de voleibol em perfil tubular de 2" com espessura de 2mm. Montada com conexão. Tratamento anticorrosivo. Pintura em PU. Equipamento flexível, possibilitando menor volume para armazenamento. Tipo: AX Esportes, SS Esportes ou similar.	UNIDADE	10			
64	PLACA DE SUBSTITUIÇÃO DE VÔLEI	Conjuntos de placas enumeradas fabricadas em PVC ou acrílico com cabo, acompanhada com caixa para	CONJUNTO	10			

		suporte.					
65	REDE DE PROTEÇÃO 6x25m MALHA 5	Rede de proteção esportiva de lateral e fundo de quadras esportivas, dimensões: 6m x 25m. tipo de malha: confeccionada em fio 4 em corda trançada entre nós. malha da rede: 5cm x 5cm. material de polietileno 100% virgem de alta densidade, com tratamento uv. resistente a sol e chuva. garantia contra defeitos de fabricação, com durabilidade estimada de até 4 anos.	UNIDADE	8			
66	PATCH P/ JUDÔ, KARATÊ E JIU-JITSU	Tecido de identificação visual para fixação em uniformes de judô, karatê e jiu-jitsu. largura: 30 cm. altura: 20 cm.	UNIDADE	3000			
67	PATCH P/ TAEKWONDO	Tecido de identificação visual para fixação em uniformes de taekwondo. largura: 30 cm. altura: 10 a 12 cm.	UNIDADE	1000			
68	BOLA DE RUGBY 7	bola de rugby 7 - gilbert random hit hard 5	UNIDADE	20			
69	BANDEIROLA P/ BEACH SOCCER	conjunto de bandeiras para campo de futebol de praia. fabricada com um tubo plástico de alta resistência e suporte para instalá-la numa base. manga da bandeira com diâmetro de 30mm. bastão de 1,60m x 50mm de diâmetro. conjunto com 10 bandeiras, sendo 6 bandeiras vermelhas e 4 bandeiras amarelas.	CONJUNTO	10			
70	BOLA DE BEACH HAND FEMININO	bola de beach hand para competições femininas - trial beach-handball tamanho 1	UNIDADE	40			
71	BOLA DE BEACH HAND MASCULINO	bola de beach hand para competições masculinas - trial beach-handball tamanho 2	UNIDADE	40			
72	FITA DE MARCAÇÃO DE QUADRA DE BEACH HAND	conjunto de fitas de marcação para quadra de beach hand com tamanho 12x27m. material: fitas de polietileno (pe), ilhós de latão e fixadores de ferro galvanizado. contem: 4 fitas de 12m, 2 fitas de 27m e fixadores de ferro galvanizado. cor: azul.	CONJUNTO	10			
73	PETECA DE BADMINTON	Pack com 12 petecas de pena. Velocidade da peteca: 77. Tipo: Dainanox D-1	TUBO	60			
74	REDE DE BEACH SOCCER	Rede de beach soccer profissional - Confeccionada em fio de polipropileno de alta resistência com espessura 8,0mm. Tipo véu. Tamanho: (LxA) 5,50x,2,20m. Lateral	PAR	8			



		inferior: 1,50m. Par contendo 2 unidades de rede.					
75	REDE DE HANDEBOL E BEACH HAND	Rede de handebol e beach hand profissional - Confeccionada em fio polietileno trançado com espessura 5,0mm. Malha: 0,10 x 0,10 m. Medida: 3,00 x 2,00 H 1,00 x 1,00 m. Par contendo 2 unidades de rede.	PAR	8			
76	REDE DE PROTEÇÃO MALHA 15	rede de proteção esportiva para lateral e fundo de quadras esportivas. tipo de malha: confeccionada em fio 4 em corda trançada entre nós. malha da rede: 15cm x 15cm. material de polietileno 100% virgem de alta densidade, com tratamento uv. resistente a sol e chuva. garantia contra defeitos de fabricação, com durabilidade estimada de até 4 anos.	M²	4000			

Obs.: A proposta deverá conter obrigatoriamente **VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL.**

CONDIÇÕES GERAIS

1. Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2025 e seus Anexos.
2. O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
3. Prazo de validade da proposta:
4. Dados Bancários:
Banco:
Agência nº:
Conta Corrente nº:

A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

ANEXO III - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A pessoa jurídica _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Sr.^a _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para qualificação como **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, portanto, apta a participar do **PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2025** e usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Assinatura, qualificação e carimbo (opcional)
- Representante Legal -



Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, fornece (ou forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos utilização em eventos esportivos atender as necessidades da CBDU.

ANEXO V - FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

		CADASTRO DE FORNECEDOR	
Fornecedor:		() Bens () Serviços () Ambos	
CNPJ/CPF:			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:			
Cidade:		UF:	
CEP:			
Telefone:			
FAX:			
E-mail:			
Responsável para Contato:			
Telefone do Responsável:			
E-mail do Responsável:			
Banco:	Agencia:	Conta Corrente:	
Inscrição Estadual:			
Inscrição Municipal:			
Atividade Econômica:			
Cooperativa:		() Sim () Não	
Empresa Simples ou Retenções?			
Empresa Simples:		Sim Não	
(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)			
INSS:		Sim	Não
ISS:		Sim	Não
IR:		Sim	Não
PIS:		Sim	Não
COFINS:		Sim	Não
CSLL		Sim	Não
Outras:			
OBS:			
Declaro serem verídicas as informações acima.			
Assinatura e nome do representante legal:			



Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/0004-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal

(Nome e cargo do representante legal da empresa)

Nome da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XX/2025

Pelo presente instrumento, a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Presidente **LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL**, em face do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, doravante denominada(s) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidades previstas no Edital, para aquisição de materiais esportivos, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **Política de Compras da CBDU**, devendo ser observadas as bases e os fornecimentos ora indicados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU**, estando vinculada a ela todas as regras, condições e demais anexos que compõem o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

Parágrafo único – Os fornecedores registrados são os abaixo listados, na ordem de classificação:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	CNPJ

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	VL UNITARIO	VL TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e a contratada será responsável por cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto do Pregão Eletrônico SRP XX/2025.

Parágrafo único - A Ata de Registro de Preços com a vencedora e com as empresas que manifestaram o interesse no cadastro de reserva não será assinada se estas não cumprirem as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário**, é a responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Parágrafo primeiro – As obrigações relativas ao objeto são aquelas formalizadas no Edital e seus Anexos e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas nesta Ata, no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo segundo – Quando comprovada a hipótese do ^a 1º, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

Parágrafo terceiro – A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por qualquer federação, desde que nas mesmas condições firmadas com a CBDU

Parágrafo quarto – O Aderente informará ao Gerenciador o seu interesse em aderir ao registro de preço.

Parágrafo quinto – O Gerenciador indicará ao Aderente os quantitativos de bens previstos no instrumento convocatório, o fornecedor, as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.

Parágrafo sexto – As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.

Parágrafo sétimo – As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

Parágrafo oitavo – O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens e/ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência do registro de

preço.

Parágrafo nono – O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

Parágrafo décimo – O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

Parágrafo Primeiro - Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

Parágrafo Segundo - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigada a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, ficará assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACRÉSCIMO E DO REAJUSTE

A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, de seu quantitativo inicialmente registrado, mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Primeiro - A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

Parágrafo Segundo - O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro - O Fornecedor terá seu registro de preços cancelado na Ata:

- a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) por iniciativa da CBDU, quando o fornecedor descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços; não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

Parágrafo segundo - Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

Parágrafo terceiro – O não cumprimento de qualquer condição constante do Edital e de seus Anexos importará no seu cancelamento imediato, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo quarto – Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação do fornecedor;
- c) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.

Parágrafo quinto – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CBDU à continuidade do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Parágrafo único - É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses de adesão por outra federação.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar a presente Ata na página da CBDU e na plataforma BBMNET, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo primeiro – As Partes declaram que os dados pessoais coletados para a execução da presente Ata serão utilizados com a estrita finalidade de cumprimento do objeto, em completa observância com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo segundo - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência da Ata, após o qual serão permanentemente excluídos.

Parágrafo terceiro - Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n. 01/2025 – CBDU e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata e demais documentos do processo seletivo.

Parágrafo quarto - Nos casos omissos, será usado o Código Civil para dirimir qualquer dúvida relativa a este Termo de Registro de Preço.

Parágrafo quinto - Todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários referentes ao fornecimento correrão exclusivamente por conta do fornecedor registrado, não tendo a CBDU qualquer vínculo trabalhista direto ou indireto com os seus funcionários.

Parágrafo sexto – O fornecedor registrado concorda em tratar e manter sob sigilo todas as informações compartilhadas em decorrência do fornecimento, na mesma medida e grau de diligência que dispensam às suas próprias informações confidenciais, não revelando, por ação ou omissão, quaisquer informações obtidas durante os trabalhos, sem o prévio e expresso consentimento da CBDU.

Parágrafo sétimo – O termo “informações” abrangerá toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível e outras informações técnicas, financeiras e comerciais.

Parágrafo oitavo – O fornecedor registrado e seus sucessores responsabilizar-se-ão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham a causar à imagem da CBDU e/ou a terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem de acordo, assinam, digital/eletronicamente, o presente instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido ao FORNECEDOR REGISTRADO a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

FORNECEDOR REGISTRADO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 06/2025

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO N° XX/2025

Pelo presente instrumento, a **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n° 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente **LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL** de um lado, e do outro, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual n.º XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para atender as necessidades da CBDU.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XX/2025, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único – A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	VL UNITARIO	VL TOTAL

Parágrafo primeiro – A quantidade prevista nesta Cláusula é estimada e, portanto, a solicitação dar-

se-á de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, mediante a emissão da Ordem de Compra e Serviços.

Parágrafo segundo – Nos valores acima, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, tais como fretes, tributos, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outras despesas necessárias à prestação do serviço, objeto deste Contrato

Parágrafo terceiro – Os itens deverão ser entregues conforme previsão constante no Termo de Referência, documento integrante a este contrato.

Parágrafo quarto – Havendo a necessidade da entregar ser realizada em local diverso do indicado no Termo de Referência, o mesmo deverá ser realizado sem ônus para a CBDU.

Parágrafo quinto – Os produtos serão solicitados, de acordo com a necessidade da CBDU, devendo a CONTRATADA proceder com a entrega no prazo de até 20 (vinte) dias corridos após a solicitação da CBDU.

Parágrafo sexto – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela CBDU. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela CBDU, devendo a solicitação ser encaminhada à CBDU até 24 (vinte quatro) horas antes do término do prazo indicado acima.

Parágrafo sétimo – A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Ordem de Compras e Serviços, não sendo permitidas entregas parceladas, sob pena de devolução dos produtos incompletos, bem como, poderá ser aplicado às penalidades prevista no edital e neste contrato.

Parágrafo oitavo – Se, após o recebimento, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Parágrafo nono – O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos materiais, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Parágrafo décimo – Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a empresa vencedora deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a CBDU e dentro de prazo informado pela CBDU, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento de comunicação.

Parágrafo décimo primeiro – Havendo necessidade de substituição, a empresa providenciará, através de representante credenciado, a retirada do material na sede da CBDU, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento de comunicação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;
- b) Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Efetuar o pagamento devido, segundo as condições estabelecidas.
- d) Oferecer informações à CONTRATADA, sempre que necessárias para execução do contrato.
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada entregar fora das especificações do Edital;
- f) Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- g) Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo

Parágrafo único - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a empresa vencedora, a partir da autorização para fornecimento dos materiais, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste termo e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) entregar todos os produtos, novos e de primeira qualidade, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização;
- c) assumir a responsabilidade por todos os custos e despesas diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras para a execução plena deste fornecimento;
- d) responder pelos danos causados diretamente à CBDU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CBDU;
- e) entregar os itens no local indicado pela CBDU, assumindo todas as despesas do transporte;
- f) efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo indicado pela CBDU;
- g) comunicar a administração da CBDU qualquer anormalidade constatada e prestar os

esclarecimentos solicitados;

- h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo seletivo;
- i) apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- j) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- k) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- l) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- m) prever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência.
- n) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- o) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- p) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- q) indicar o responsável da empresa para tratar com a CBDU.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA se compromete ainda a:

- a) observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- b) garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;
- c) garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
- d) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- e) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- f) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
- g) sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
- h) garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou

- jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
- i) notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

Parágrafo segundo – O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá a CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

Parágrafo terceiro – Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

Parágrafo quarto – Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo quinto – O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo sexto – Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Instrumento será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte

interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro – O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo segundo – Expirado o prazo estabelecido, e caso não haja interesse em sua renovação, expressamente manifestado, os serviços efetivamente prestados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo terceiro – Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação da CONTRATADA;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da CONTRATADA, devidamente comprovada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços; e
- c) Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não manter a Proposta Financeira apresentada, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

Parágrafo primeiro – As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem o processo seletivo, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.

Parágrafo segundo – Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

Parágrafo terceiro – Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

Parágrafo quarto – Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

Parágrafo quinto – As penalidades previstas neste Contrato e no Edital e seus anexos não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

Parágrafo sexto – Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

Parágrafo sétimo – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

Parágrafo primeiro – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo segundo – O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.

Parágrafo terceiro – Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo quarto – Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

Parágrafo quinto – A CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo sexto – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo sétimo – A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – A cada pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a) constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e
- b) o prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo nono – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O presente Contrato não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo primeiro – Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

Parágrafo segundo – Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo quarto – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor de Esportes e Eventos, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Para todos os efeitos legais, dá-se ao presente o valor anual de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos e supressões, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite previsto na Política de Compras, mediante justificativa e termo aditivo.

Parágrafo primeiro – Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

Parágrafo segundo – Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

Parágrafo terceiro – Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo quarto – Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo quinto – Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.



Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA